

KAUFMANN, Thomas *et al.* (Org.). História ecumênica da Igreja 1: Dos primórdios até a Idade Média. São Leopoldo: Sinodal; São Paulo: Paulus/Loyola, 2012. ISBN: 9788515039197

Escrito por eminentes professores de História da Igreja, História Medieval e História dos Dogmas, sem dúvida a característica mais singular e interessante de *História ecumênica da Igreja* está no fato de que se trata de uma edição revista e atualizada da primeira obra consagrada a uma história ecumênica da Igreja, elaborada com a participação de historiadores e teólogos de língua alemã das principais confissões cristãs. Os organizadores salientam que não se trata de uma história da Igreja “a partir da óptica ecumênica” que fosse “marcada desde o início por intenções harmonizadoras e por um novo tipo de historiografia tendenciosa” (p.IX). Privilegiam antes a objetividade científica, para possibilitar “entender melhor a discórdia do cristianismo e não para ‘solucioná-la’” (p.X). O primeiro dos três volumes abrange o período das comunidades cristãs primitivas até os primórdios da instituição eclesiástica medieval.

Martin Ebner escreve sobre os primórdios do cristianismo até a metade do século II. Dentre os diversos problemas hermenêuticos indicados por Ebner e decorrentes da escassez de fontes históricas deste período, um deles nos chama particularmente a atenção. Poucos anos após a morte de Jesus, já existiam comunidades cristãs que não praticavam a circuncisão. Mas, segundo o historiador, “Jesus havia se dirigido a Israel [...] esperava um novo início para Israel, e não uma Igreja entre os pagãos”, o que o leva a perguntar: “Desenvolveu-se a história contra a sua intenção?” (p.3). Trata-se, com efeito, de uma questão absolutamente fundamental: a relação entre a intenção de Jesus e a instituição eclesiástica; em outras palavras: será que Jesus fundou uma Igreja?

Ao levantar esta pergunta, Ebner afirma que Jesus apresentava um “projeto do senhorio de Deus”, e “não realizou um ato de fundação (pois a iniciativa remonta a Deus), nem aprovou determinada constituição”; antes, ele “consolidou uma *Magna charta* com sua própria vida” para a sua opção pelo reinado de Deus (p.10). O autor conclui que, a partir das indicações de Jesus, é

possível solucionar esta questão da seguinte forma: “Se ‘Igreja’ se entender e se sentir comprometida nesse sentido, como tentativa sempre nova de concretização do senhorio de Deus, dentro do quadro referencial de Jesus, de sempre voltar a valer-se de maneira nova do palco de ação aberto por Deus, então pode-se dizer com toda a seriedade: ela leva adiante a intenção de Jesus” (p.10). Tal resposta nos parece frutífera, pois salienta um ponto fundamental: a missão da Igreja só se encontra em sintonia com a pregação do Cristo que ela anuncia quando está aberta para a ação de Deus através dela.

Christoph Marksches discorre sobre o período que abarca de meados do século I até o final do século II. Ao tratar da vida cristã num mundo marcado pelo paganismo, Marksches destaca a dimensão lendária das narrativas idealizadas do cristianismo primitivo, nas quais “a realidade histórica dos cristãos no alto período imperial é ofuscada pelas plásticas imagens de uma permanentemente perseguida ‘Igreja das catacumbas’ que, apesar da enorme pressão dos perseguidores, preservou sua fé e, como Igreja dos mártires, conseguiu atrair multidões de pessoas” (p.51). Propondo-se a construir um quadro mais condizente com a realidade das primeiras comunidades cristãs, Marksches apresenta fatos curiosos, como a existência de rabinos que tentavam realizar curas em nome de Jesus ou uma comunidade de judeu-cristãos que observavam tanto o sábado quanto o domingo (p.66). Mas também indica aspectos do cotidiano dos cristãos valiosos para a reflexão teológica. Dentre eles, vale destacar a atitude decidida de não-violência das comunidades, mesmo diante das perseguições: os teólogos cristãos jamais incentivaram revoltas ou a participação em conspirações para assassinar o imperador romano, mas, ao contrário, cumpriam com suas obrigações civis e rezavam pelas autoridades (p.54).

Bernard Kötting trata da mudança radical operada pela passagem do cristianismo a religião oficial do Império Romano, realizada por Constantino Magno. Kötting mostra que, desde então, a ação do imperador era controversa: enquanto alguns viram nele “o libertador da Igreja, que aboliu definitivamente a ameaça mortal da perseguição por parte do Estado pagão”, outros consideram que ela se tornou um “verdadeiro perigo para a Igreja [...] privando-a da liberdade

mediante oferta de vantagens que o Estado podia proporcionar” (p.95). Quanto à sua atitude pessoal em relação à fé cristã, alguns historiadores avaliam nele um “sóbrio político prático, que com exato calculismo avaliou a força dos cristãos sempre em maior número”, enquanto outros o veem como “o grande salvador da Igreja [...] ascendido ao nível de um apóstolo”; seja como for, “há muitos indícios de que ao final da vida tenha abraçado a fé cristã por convicção interior” (p.96).

Alfred Schindler indica três grandes correntes na evolução teológica e dogmática da Igreja entre os séculos IV e VII: o reconhecimento da Igreja pelo Estado, o surgimento e expansão da vida monástica e a controvérsia sobre a Trindade. Dentre as questões doutrinárias e políticas cruciais, destacamos a controvérsia ariana, que postulava a subordinação do Filho ao Pai e foi declarada herética. Racionalmente clara, ela desconsiderava a grande novidade da fé cristã na história das religiões: homens divinos eram concebidos desde a Antiguidade pagã, mas nunca antes se havia professado que Deus tinha se encarnado e sofrido como ser humano movido por incompreensível misericórdia.

O homem moderno e contemporâneo, menos preocupado com a exatidão das formulações dogmáticas do que com a espiritualidade e a prática cristã, sente dificuldade para compreender o estatuto dessas controvérsias teológicas na Antiguidade, onde o homem comum discutia nos mercados se o Pai e o Filho tinham ou não a mesma essência. Mas o autor sustenta que isto reflete o contexto da época, onde a intenção dos dogmas era abrir a reflexão filosófica para a Revelação cristã: “Poderíamos pensar que Cristo estaria sendo aprisionado por conceitos filosóficos, quando, na realidade, aqueles Padres da Igreja tentavam romper os rígidos conceitos do Ser divino em função de Cristo” (p.142). Schindler destaca que, para as Igrejas cristãs contemporâneas, não se trata de ser a favor ou contra as decisões dogmáticas dos primeiros concílios, mas de discutir “como esses dogmas devem ser compreendidos e aplicados num mundo tão incrivelmente transformado em relação àquela época” (p.143).

É interessante também o entrelaçamento indicado por Schindler entre dogma e política. Ao mesmo tempo em que recomenda cautela no estabelecimento de tais paralelos, aponta uma relação entre as controvérsias sobre a subordinação

do Filho ao Pai no campo dogmático, e a subordinação da Igreja ao Estado no campo político, tal como nas controvérsias sobre as duas naturezas de Cristo e os diferentes graus de separação ou de união entre o poder espiritual e o poder civil.

Schindler discorre em seguida sobre os primórdios do monasticismo, chamando a atenção para a pluralidade das formas de vida monástica e ascética, que variavam desde cristãos leigos que se dedicavam a um estilo de vida monástico até a formação de comunidades que compartilhavam a vida de oração e trabalho, sob a orientação de um abade, em torno de uma regra comum. A concepção de “dois degraus” na vida cristã se desenvolveu como uma “ética falsamente entendida” de que o leigo devia “sentir-se como um cristão laxo e pela metade, ou devia tornar-se monge” (p.156). Contudo, desde o início do cristianismo foi contraposta pela noção de que pode haver “diversos degraus ou tipos de seguimento de Cristo”, o que implica em “desvincular a dignidade diante de Deus da escolha de determinado ‘estado’ de vida” (p.156).

Por fim, Schindler chama a atenção para o risco de julgar o monasticismo antigo a partir da sensibilidade moderna, que tende a considerar a vida monástica como uma “questionável forma de seguimento de Cristo” (p.157), privilegiando a inserção no mundo e na sociedade. Na verdade, o monasticismo representou um modelo renovado de sociedade numa época em que o mundo deixava o paganismo aos poucos, mas para se tornar “apenas superficialmente cristão” (p.155). Nesse contexto, as comunidades monásticas assumiam as funções das antigas comunidades cristãs. Quanto à acusação de menosprezar a dimensão sexual, o autor considera não ser possível poupar inteiramente a Antiguidade (cristã e não cristã), mas salienta que a intenção dos grandes ascetas era positiva: “não se trata da penosa contenção de um instinto natural, e sim da libertação de todas as amarras e paixões que podem prender o ser humano ao transitório e a si próprio” (p.158).

Para quem acredita que épocas longínquas não influenciam o mundo atual, Raymond Kottje mostra como práticas pastorais originadas na Igreja medieval permanecem até hoje, como é o caso da confissão individual, cuja ênfase na responsabilidade e na intenção surgiu na Irlanda e substituiu paulatinamente a prática confessional comunitária.

Por sua vez, Wilfried Hartmann discorre sobre a Igreja no período carolíngio, mostrando as influências recíprocas entre a Igreja e o reino franco: se, por um lado, o Papa Estêvão II ministrou uma unção real ao rei Pepino em 754, por outro lado, o reinado era entendido como um ministério cristão, onde o rei se comprometia em defender a fé cristã contra os infiéis, cuidar para que seus súditos seguissem os mandamentos divinos e proteger e servir os fracos, as viúvas e os órfãos. Hartmann em seguida se dedica ao período dos otões e dos soliões, explorando as particularidades da cristianização dos países do leste europeu, que ocorria sob a influência dos reis e da nobreza que se convertiam ao cristianismo.

As contribuições dos autores incluem diversos temas, sempre abordados com notável erudição. São abundantes as referências e citações de fontes primárias, o que demonstra a seriedade do trabalho historiográfico de pesquisa. Diante de tamanha riqueza e complexidade de informações, optamos por destacar algumas das questões que nos pareceram mais relevantes, por considerar que tal metodologia seria mais profícua para fazer justiça ao valor da obra do que fazer uma tentativa – que certamente se revelaria vã – de resumir todo o seu conteúdo.

Elaborado por professores de prestigiadas universidades germanófonas, o primeiro volume de *História ecumênica da Igreja* oferece um fascinante mergulho tanto nas grandes questões doutrinárias e políticas quanto na vida cotidiana dos cristãos desde os primórdios do cristianismo até a Idade Média. Semelhante aventura, tão ousada quanto consistente, pode interessar não apenas a cristãos (católicos e protestantes) que desejam aprofundar o conhecimento histórico sobre a fé que professam, mas também ao público em geral que se interessa pela historiografia mundial e procura elucidar as forças subjacentes à atual configuração do cenário internacional.

*Bruno Albuquerque\**

---

\* Doutorando em Ciência da Religião na Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: brunopintodealbuquerque@gmail.com.